

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória/Espírito Santo

Aluna: Jéssyka Bernardone Saquette (27) 99775-3657 E-mail jbsaquette@gmail.com

Aluna: Laís Rocio de Mello (27) 99835-5099 E-mail laismrocio@gmail.com

Aluna: Rafaela Laiola Guimarães (27) 999165109 E-mail rafaela@laiola.com.br

Professor: Victor Gentilli (27) 988164900 E-mail vgentilli@uol.com.br

Nossas Claudias, nossos Amarildos

I. Tema

Este projeto de pauta pretende analisar **o legado da ditadura na segurança pública do Brasil hoje, focando no contexto das ações da polícia militar.**

II. Justificativa

O grupo partiu de questões atuais que configuram um quadro de ineficácia das políticas de segurança pública, visando, especialmente, a atuação da polícia militar e dos agentes penitenciários. A própria denominação “militar” dada à polícia, alude à ideia de permanência do autoritarismo e da repressão característicos do período ditatorial. Foi na ditadura que se deu a militarização das antigas força pública e guarda civil.

A base militar manteve-se como norma constitucional em 1988. Os procedimentos são os mesmos, só se modificam as vítimas, hoje os marginalizados socialmente. Dessa forma, pretendemos abordar os atuais casos de tortura em presídios e violência policial na sociedade, buscando também uma análise mais profunda sobre a cultura de formação dos profissionais que lidam com a segurança pública nos dias de hoje.

A mídia tradicional brasileira ainda exerce influência na formação da opinião pública, difundindo a mentalidade conservadora que permitiu instaurar a ditadura-civil-militar. Também persiste o poder de definir o que será discutido e por quanto tempo será dada atenção a determinado assunto. Isso determina a repercussão do tratamento do assunto da segurança pública no que diz respeito às decisões tomadas pelas autoridades, uma vez que, em muitas situações, as vítimas de violência por parte de policiais militares ou agentes penitenciários não conseguem espaço nos jornais para apresentarem sua versão.

III. Objetivos

- ❖ Analisar a formação e a atuação da polícia militar e destacar quais os principais aspectos herdados do Golpe de 1964.
- ❖ Traçar o perfil das vítimas que sofrem com ação violenta. Tais vítimas frequentemente recebem tratamento diferenciado conforme suas posições social e étnica.
- ❖ Investigar os recursos que facilitam a impunidade e dificultam o andamento dos inquéritos nos julgamentos dos crimes praticados por policiais militares.
- ❖ Expor o julgamento diferenciado da Polícia Militar por tribunais militares autônomos até a última instância, reconhecendo esse cenário como uma das heranças aqui abordadas.
- ❖ Oferecer uma abordagem jornalística diferenciada em relação à tradicional.

IV. Metodologia

Como recurso para nossa pesquisa, utilizaremos informações fornecidas pelo Portal de Transparência Torturômetro do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, onde são relatadas as denúncias contra os responsáveis pela segurança nos presídios do estado e a conclusão a que o órgão investigador chegou.

Já como fonte de denúncias contra a polícia militar, entrevistamos Maria das Graças, de 64 anos, fundadora da Associação de Mães e Familiares de Vítima de Violência (Amafavv), em Vitória/ES, que nos forneceu diversos relatos de casos em que as vítimas foram assassinadas por policiais em abordagens arbitrárias. Maria das Graças é mãe de jovem que foi morto pela polícia há 15 anos.

Pretendemos sustentar o tema por meio da base teórica de artigos publicados pela Justiça Global (global.org.br) e pelo Século Diário (www.seculodiario.com.br).

Na busca de levantamentos de dados estatísticos e levantamentos que configurem esse conflito entre a polícia e o cidadão, iremos consultar a assessoria de

imprensa da Polícia Militar do Espírito Santo, além de apurar informações provenientes do Projeto Mapa da Violência.

O professor Edgard Rebouças, membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos dispõe-se a ajudar com boas informações.

Através do conhecimento da Associação será possível identificar e traçar o perfil dessas vítimas que são, em sua maioria, de baixa renda, negros e moradores de periferias. Para auxiliar na precisão das fontes, utilizaremos os dados fornecidos pelo projeto Mapa da Violência que oferece estatísticas sobre crimes dividindo-os de acordo com o gênero, faixa etária, etnia, renda e região de ocorrência dos casos. Torna-se essencial ressaltar, como pano de fundo dessas estatísticas, a posição da cidade de Vitória como a 14ª mais violenta do mundo de acordo com o ranking das 50 capitais mais violentas, realizado pelo ONG mexicana Conselho Cidadão e Segurança Pública e Justiça Penal. A Grande Vitória agrega mais quatro municípios com índices equivalentes de violência, conforme o Mapa da Violência.

No contexto dos crimes cometidos pela polícia e agentes penitenciários, pretendemos salientar a ineficácia da Justiça brasileira ao tornar presente a impunidade desses réus através de autos de resistência e inquéritos forjados, além do lento e burocrático andamento desses processos. Ainda vale ressaltar que 85% dos inquéritos policiais do Espírito Santo não são concluídos, são arquivados, de acordo com dados divulgados pelo Ministério Público do Espírito Santo e o Conselho Nacional do Ministério Público do ano de 2013 para este ano, posicionando o estado como o segundo com o maior estoque de processos dentro da meta.

Por fim, o fundamental. O Brasil tomou conhecimento do desaparecimento de Amarildo e do tratamento indigno e brutal sofrido por Claudia em função de circunstâncias especiais. O primeiro por ter-se dado em uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em evidência. A segunda, pela circunstância de que a cena foi filmada e divulgada pelo jornal Extra.

No Brasil inteiro, temos Claudias e Amarildos. A matéria pretende identificar e contar a história de desconhecidos com histórias assemelhadas. Maria das Graças tem interesse e disponibilidade para nos ajudar.

O trabalho obedecerá a seguinte ordem:

1. Entrevistar as fontes já identificadas que podem narrar casos que resultem em histórias desconhecidas a serem contadas;
2. Realizar entrevistas em profundidade com nossos narradores, ocultos ou não; buscar fotos que possam ilustrar a matéria, fotografar contadores de histórias que se disponham (e não corram risco) a serem expostas. Por exemplo, Maria das Graças.
3. Transcrever as entrevistas;
4. Produzir os textos finais;
5. Diagramar as páginas, trabalhar em títulos, legendas, linhas finas, olhos e demais elementos da edição;
6. Imprimir exemplares avulsos.

V. Cronograma

As tarefas discriminadas acima podem e certamente se sobreporão. Algumas tomarão muito mais tempo que outras. Mas entendemos que há segurança em prever duas semanas para cada atividade.

VI. Estimativa de custos

Bilhetes terrestres urbanos e interurbanos: R\$ 700,00

Diárias para pernoites em hotéis: R\$ 1.000,00

Créditos em contas de celulares: R\$ 300,00

Cartão de memória 32gb: R\$ 100,00

Impressão de 200 exemplares: R\$ 400,00

Custo total: R\$ 2.500,00